



## Uma nova justiça na socioeducação: estudo longitudinal das práticas de Justiça Juvenil Restaurativa no âmbito da comunidade.

Amanda Rafaela Moreira de Castilho<sup>1</sup>, Beatriz Gershenson Aginsky<sup>2</sup> (orientadora).

*Faculdade de Serviço Social/ PUCRS  
Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos - GEPEDH*

### **Resumo**

Esta pesquisa tem por objetivo desenvolver um estudo longitudinal no monitoramento e avaliação de práticas de Justiça Restaurativa desenvolvidas no Sistema de Justiça Juvenil no âmbito da comunidade, Projeto sob liderança do Ministério Público do RS e executado pela Associação Cristã de Moços (ACM) e Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA) nas regiões da Restinga, Cruzeiro do Sul, Bom Jesus e Lomba do Pinheiro, no período de 2010 a 2011. Propõe-se a investigar quais as particularidades advindas da aplicação de princípios e referenciais teórico-metodológicos da Justiça Restaurativa nestas intervenções, com vistas a contribuir com subsídios para o aprimoramento da política de atendimento socioeducativa. Compreende-se como Justiça Restaurativa “um processo através do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias desse ato e suas implicações para o futuro” (MARSHAL, Tony 1998, on line)<sup>3</sup>. A investigação está baseada em um conjunto de procedimentos de coleta de dados e análise de informações quantitativas e qualitativas no curso da execução do projeto, verificando avanços, recuos e as novas proposições na qualificação das estratégias de resolução não violenta de conflitos no âmbito das práticas sociais da própria comunidade e das instituições envolvidas. É possível afirmar-se que os propósitos do projeto impactam na cultura da reprodução e da resistência às violências presentes na dinâmica e no cotidiano dos territórios e das instituições, redes e serviços que

<sup>1</sup> Aluna da Faculdade de Psicologia da PUCRS, Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos – GEPEDH, FSS-PUCRS.

<sup>2</sup> Professora e Diretora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Coordenadora GEPEDH, FSS-PUCRS.

<sup>3</sup> Conceito acolhido pelo Conselho Econômico e Social da ONU na Resolução de 1999/96.

conformam as relações destes mesmos territórios. Quanto maior a auto-apropriação dos sujeitos que vivem e participam da cultura do território sobre os valores e as dinâmicas próprias das práticas de justiça restaurativa, menor o potencial de violências sociais, institucionais e até mesmo estruturais no enfrentamento e em resposta às expressões das violências em que as juventudes tomam parte. Uma das principais contribuições do projeto avaliado é o investimento na formação de recursos humanos do e no próprio território.